

GESTÃO COLETIVA: UMA POSSIBILIDADE EXISTENTE EM EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO VALE DO RIO PARDO¹

Caroline Goerck² e Leonia Capaverde Bulla³

RESUMO: As cooperativas e associações de trabalho foram criadas no Brasil, nas últimas décadas do século XX, como uma das formas de gerar trabalho e renda aos sujeitos que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho. Este artigo está vinculado a uma pesquisa que teve como objetivo analisar a organização do processo de trabalho e gestão coletiva desenvolvidos em três cooperativas e uma associação existentes no Vale do Rio Pardo. Pode-se verificar que, num primeiro momento, é a possibilidade de gerar trabalho e renda que ocasiona a inserção dos trabalhadores nesses empreendimentos coletivos. Os integrantes das cooperativas e/ou associação, entretanto, podem elaborar as suas próprias regras de normatização da produção e de gestão dos empreendimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Reestruturação do Capital. Economia Popular Solidária. Gestão Coletiva. Processos de Trabalho.

COLECTIVE GESTURE: AN EXISTENT POSSIBILITY IN EXPERIENCES OF SOLIDARY POPULAR ECONOMY ON VALE DO RIO PARDO

ABSTRACT: The cooperatives and work associations were created in Brazil, on the last two 20th decades, as one of the ways to generate work and income to the ones who are excluded from the

1 Este artigo é originado de uma pesquisa de mestrado realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, com o apoio do CNPq e da CAPES.

2 Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa - Unipampa. Rua Ver. João Carlos Frantz, 47 - Avenida - Santa Cruz do Sul/RS. Cep.: 96815-340. Fone 51 99082769. E-mail: carolinegoerck@yahoo.com.br

3 Assistente Social, Professora e Pós-doutora vinculada ao Programa de de Pós-Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e coordenadora do Núcleo de Estudos em Demandas e Políticas Sociais - NEDEPS.

formal job market. This article is bound to a research that had as objective analyze the collective work and management process organization developed in three cooperatives and one association, existing on Rio Pardo Valley. It can be verified that, on a first moment, it's the possibility of generate work and income that causes the insertion of the workers on these collective developments. The members of the cooperatives and/or associations, therefore, can elaborate their own rules of normatization of production and developments management.

KEYWORDS: Capital Restructuring. Popular Solidarity Economy. Collective Management. Working Processes.

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de oitenta do século XX ressurgem experiências associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo, como uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos trabalhadores. A Economia Popular Solidária passa a ser considerada uma das alternativas aos trabalhadores, diante do acirramento da questão social - como, por exemplo, a falta de empregos. Com a reestruturação do capital possibilitada por tecnológicos, cria-se uma massa de trabalhadores, - considerados "sobrantes" pelo capital -, o que acirra o processo de alienação, a precariedade das condições de trabalho e as desigualdades sociais (ANTUNES, 2003).

Este artigo tem como finalidade apresentar as informações obtidas por meio de uma pesquisa que analisou a organização do processo de trabalho e gestão em experiências de Economia Popular Solidária no Vale do Rio Pardo^a. Faz-se importante analisar essa realidade, pois esses empreendimentos coletivos constituem-se em alternativas de geração de trabalho e renda, principalmente aos sujeitos desempregados. Outra questão importante é a escassez de pesquisas que tenham como foco central de análise a gestão desses empreendimentos coletivos no Vale do Rio Pardo.

Pretende-se aprofundar aspectos inerentes à organização e sistematização dos processos de trabalho e gestão, em três cooperativas (A, B, C) e uma associação (D)^b, que integram a Economia Popular Solidária nas zonas urbanas nos municípios do Vale do Rio Pardo. Foram entrevistados 31 trabalhadores das quatro experiências pesquisadas nas zonas urbanas dos municípios do Vale do Rio Pardo.

Num primeiro momento serão introduzidas as experiências de Economia Popular Solidária criadas no final do século XX. Posteriormente será analisada a forma da sistematização da gestão desenvolvida nas experiências coletivas de geração de trabalho e renda, pesquisadas, por meio de seus principais elementos. Por fim serão tecidas as conclusões do artigo.

2 INTRODUZINDO A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Com a III Revolução Industrial (reestruturação do capital), desenvolvida por meio da robótica, automação e microeletrônica, cria-se uma massa de trabalhadores desempregados, o que acirra o processo de alienação, a precariedade

das condições de trabalho e as desigualdades sociais. Paralelamente à III Revolução Industrial, ocorre o processo de minimização do Estado e o desmonte das políticas sociais públicas, implicando na perda dos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora.

O capitalismo tem como finalidade a acumulação de capital e com a força de trabalho tida pelo capitalismo como mercadoria, o trabalho que vem sendo realizado pelos sujeitos não está sendo constituído pela autorrealização e identificação dos trabalhadores, diante dos processos de produção. Frente a essa realidade, no final do século XX e limiar do século XXI, emergem experiências associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo, como uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos trabalhadores.

Esses empreendimentos cooperativistas e/ou associativistas, designados como Economia Popular Solidária, são constituídos normalmente pelos sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho e, comumente, são apoiados por instituições sociais - igreja, universidades, sindicatos, entre outros -, governamentais e incubadoras universitárias. Manifesta-se por cooperativas e associações de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de trabalho e renda, bem como as inclusões sociais e econômicas desses sujeitos.

O trabalho realizado nesses empreendimentos coletivos possivelmente agrega princípios que potencializam o processo de trabalho e de gestão desenvolvidos por esses trabalhadores, aspectos esses normalmente não proporcionados pelos demais empreendimentos inseridos no sistema capitalista (SINGER, 2000). Os elementos que constituem o processo de gestão nas experiências de Economia Popular Solidária são representados pela ajuda mútua, solidariedade, igualdade, participação, democracia, autogestão, entre outros. Devido a essas características, os sujeitos contam com a possibilidade de elaborar as suas próprias regras de gestão e sistematização do trabalho.

Na medida em que esses empreendimentos introduzem elementos nas suas gestões que os diferenciam da lógica e da finalidade do sistema capitalista, - acumulação e centralização de capital -, pode-se referir que possivelmente essas experiências podem ser consideradas como formas de resistência e contestação dos trabalhadores diante do capitalismo e seus processo de produção. Faz-se importante realçar, no entanto, que esses empreendimentos necessitam de políticas públicas que os assessor e os financie, visando as suas permanências e viabilidades no mercado.

3 CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÃO PESQUISADAS NO VALE DO RIO PARDO E DE SEU PROCESSO DE TRABALHO QUE ENVOLVE A GESTÃO

Procuraram-se analisar aspectos inerentes à organização e sistematização do processo de gestão em três cooperativas e uma associação de trabalho: Cooperativa A, constituída por 23 integrantes, das quais quatro são homens e 19, mulheres;

Cooperativa B, composta por 13 cooperados, sendo 11 mulheres e dois homens; Cooperativa C, que possui 27 cooperados, todos mulheres; e a Associação D, que possui como associados 12 mulheres e três homens, totalizando 15 integrantes. Essas quatro experiências coletivas constituem amostras da Economia Popular Solidária nos meios urbanos nos municípios do Vale do Rio Pardo.

O processo de trabalho realizado nas três cooperativas e na associação são caracterizados pela prestação e/ou terceirização de serviços. Cada experiência, entretanto, possui um objeto de trabalho diferenciado nas atividades que desenvolvem - com exceção da associação D e da cooperativa A. A associação D e a cooperativa A são empreendimentos coletivos que possuem o mesmo tipo de objeto de trabalho, a coleta e a seleção de lixo (material reciclável); a cooperativa C trabalha mais especificamente com a confecção de roupas - *jeans*; e a cooperativa B se dedica ao acolhimento e cuidado de crianças e adolescentes, mediante a constituição de uma creche.

Já os meios de trabalho utilizados pelas cooperativas e pela associação, além do prédio onde se localizam os empreendimentos, são: na associação D e na cooperativa A, as máquinas para triturar e empacotar os materiais coletados, e carrocinhas para o recolhimento de material; na cooperativa C, as máquinas de confecção - que são cedidas por uma empresa; e, por último, na cooperativa B, computadores - existentes no escritório -, um veículo utilizado para locomover os trabalhadores e as crianças e por móveis e utensílios utilizados para o funcionamento da creche e do escritório.

Referente à efetivação das atividades desenvolvidas por esses coletivos de trabalhadores, pode-se explicar que é realizada, basicamente, tendo como caracterização o rodízio das tarefas - polivalência. O que diferencia, no entanto, a polivalência e a flexibilidade nas atividades realizadas pelos trabalhadores, nesses empreendimentos coletivos - comparados com as demais empresas existentes no mercado -, são as causas originárias desses revezamentos. Enquanto nas empresas privadas os trabalhadores devem exercer várias funções (polivalência), com o objetivo de enxugar os custos de produção e aumentar a acumulação de capital; nas cooperativas e na associação o rodízio dos trabalhadores diante das tarefas desenvolvidas nos processos de trabalho é desencadeado pelo processo de cooperação entre os sujeitos.

No que se relaciona à existência de solidariedade nas alternâncias das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, percebe-se, segundo suas respostas, que essas experiências valorizam os sujeitos e o trabalho desenvolvido por eles. Nesse sentido, percebe-se que esses empreendimentos solidários são contribuintes no processo emancipatório dos trabalhadores, no que se refere à organização, sistematização e relações nos processos de trabalho, pois a solidariedade que é referida neste estudo não corresponde ao humanismo cristão, mas ao processo de conscientização do coletivo em relação à humanização nas relações e no desenvolvimento dos processos de trabalho.

Verifica-se que esses empreendimentos populares e solidários contribuem para uma lógica diferenciada de gestão em relação ao sistema capitalista, pois a solidariedade e a alternância das tarefas se fazem presentes - mesmo com a inserção desses empreendimentos coletivos no sistema capitalista. - pela união nos processos de trabalho de seus integrantes que esse tipo de economia (solidária) vem gerando renda e uma conseqüente melhoria de vida aos seus participantes (TIRIBA, 2000), mesmo que ainda de modo incipiente.

Outro elemento importante analisado refere-se à partilha dos rendimentos. Segundo a fala dos trabalhadores, todos recebem o mesmo valor, com exceção das lideranças dos empreendimentos populares e da professora que trabalha na cooperativa B. Novamente constata-se que na cooperativa B não existe uma relação de igualdade estabelecida entre os trabalhadores, pois a trabalhadora que possui maior escolaridade também possui a maior rentabilidade. Nos demais empreendimentos populares todos recebem o mesmo valor, por meio do processo de partilha, que ocorre normalmente no término do mês. O processo de partilha é realizado após o pagamento das despesas mensais fixas dos empreendimentos coletivos (dívidas, aquisições de novos materiais, manutenções, contas, entre outros).

Observa-se, entretanto, que os sujeitos que se inserem nessas experiências coletivas, não adquirem rendimentos elevados por meio de seus trabalhos, mas, possivelmente, com a implementação e efetivação do apoio de políticas públicas, como, por exemplo, o Programa de Economia Solidária em desenvolvimento vinculado à Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes, tornar-se-á viável um aumento na geração de renda desses trabalhadores, pois essas políticas contribuem com cursos de capacitação aos cooperados e/ou associados, com financiamento de projetos das experiências, com acompanhamento e assessoramento desses empreendimentos populares (ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO, 2003).

O Programa de Economia Solidária, que ainda está em fase de implementação pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, com os Estados e municípios, tem como finalidade "o combate efetivo das causas estruturais da pobreza e promover a inclusão e o desenvolvimento social" (ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO, 2003). Esse programa social foi criado pelo governo mediante a reivindicação dos próprios trabalhadores que atuam nessas experiências coletivas, tendo como intencionalidade enfrentar a pobreza e criar alternativas de geração de renda aos trabalhadores que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho.

Pode-se visibilizar também outros elementos preponderantes referentes aos processos de trabalho constituintes das experiências de Economia Popular Solidária, - além da organização das atividades e da rentabilidade desses empreendimentos -, como o processo de autogestão e de participação dos trabalhadores. Esse assunto será abordado na sequência do artigo.

De acordo com a análise realizada mediante os documentos acessados (estatutos, regimentos e reportagens) e com as respostas obtidas pela realização de entrevistas com os trabalhadores (aplicação de formulários), constatou-se, entre outros elementos analisados, que, dos quatro empreendimentos, 100% possuem diretoria. Essas diretorias são compostas pelos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, conselho fiscal (integrado por três membros). Somente a Cooperativa A possui um cargo a mais na direção, o de coordenação de educação - que é ocupado pela professora. A gestão do grupo de trabalhadores, inserido nas diretorias possui duração de dois anos consecutivos, quando, então, ocorrem novas eleições para a composição de nova diretoria.

Pode-se mencionar que nas cooperativas e associações existem outros elementos que, possivelmente, são tão importantes quanto o aspecto econômico. A Economia Popular Solidária não se constitui apenas numa das alternativas ao desemprego, geradora de trabalho e renda, pois é por meio do aspecto político e "social o pressuposto e o sentido do econômico" (LEBOUTTE, 2003, p 12). Para o desenvolvimento dessas experiências, faz-se necessário um conjunto de princípios, como os de solidariedade, responsabilidade, respeito ao coletivo e a sua diversidade e o comprometimento dos trabalhadores som cooperativa/associação. Esses princípios de solidariedade, autoajuda, comprometimento devem constituir e permear a organização e a realização das atividades desenvolvidas nos processos de trabalho.

Percebe-se que, além do aspecto econômico, essas experiências possivelmente contribuem com a formação e conscientização desses sujeitos (TIRIBA, 2000), em que os trabalhadores, além de participarem dos processos de produção, adquirem conscientização e se percebem como sujeitos integrantes das experiências, responsabilizando-se pelas atividades que realizam.

Quando ocorre o processo de comprometimento, participação e envolvimento dos trabalhadores nas atividades produtivas e no processo de gestão, enquanto coletivo, considera-se que essas experiências são autogestionárias. "A autogestão é a expressão máxima de uma gestão participativa, seja em nível socioetário, mais amplo, ou ao nível restrito de uma gestão de uma organização" (PRATES, 2003, p. 119).

Por autogestão se compreende o empreendimento cuja gestão é exercida democraticamente pelos sujeitos e que se realiza no mercado. Ou seja, "autogestão cooperativa é a gestão da cooperativa pelos próprios associados. É uma forma de democratização das decisões em organizações econômicas simples ou complexas, características que marcam todas as cooperativas" (PINHO, 2004, p. 81).

Com relação ao processo de participação dos trabalhadores na gestão desses empreendimentos, é fundamental que a cooperativa e/ou associação forneça as seguintes condições aos seus associados: que os sujeitos tenham plenas condições de participação; que as sugestões e críticas apresentadas pelos trabalhadores sejam levadas em consideração pelo coletivo; que exista, por parte da diretoria,

uma política de transparência e de esclarecimento de suas ações perante aos demais membros das cooperativas e/ou associações (RECH, 2000).

Segundo as informações coletadas, os trabalhadores que estão inseridos na Cooperativa A (que não ocupam cargos na diretoria) responderam que nem sempre têm suas opiniões e sugestões ouvidas durante as reuniões ou na realização das atividades que envolvem o processo de trabalho. Nesse sentido, percebe-se que na Cooperativa A pode estar havendo uma centralização no processo de tomada de decisões.

Pode-se referir também, em relação ao processo de gestão, que existem dois grandes grupos difundidos, designados de gestão concentradora e de gestão estratégica/participativa. As experiências que desenvolvem uma gestão concentradora são aquelas "onde o poder decisório cabe à minoria [...]. Utiliza-se de ações estratégicas para a consecução de seus fins" (PRATES, 1995, p. 100).

Referente ainda ao processo de gestão concentradora, pode-se explicar que esse tipo de gestão é constituído por: a heterogestão e a co-gestão (FARIA, 1985). A heterogestão é o processo de gestão que vem sendo realizado pelas classes dominantes, de forma centralizadora. Como exemplo disso podem ser referidos os modelos de produção Tayloristas/Fordistas. Já o processo de co-gestão seria a negação da heterogestão; entretanto, não a ultrapassaria, mas dissimularia o processo de gestão participativa (FARIA, 1985).

A co-gestão, segundo a análise dos dados coletados, é o processo de gestão que vem sendo exercido na Cooperativa A e, possivelmente, em outros empreendimentos coletivos, pesquisados ou não, neste estudo. Com as respostas obtidas nas entrevistas realizadas com os trabalhadores, porém, constatou-se que as demais experiências populares tentam desenvolver um processo de gestão participativa nos seus processos de trabalho.

Essa gestão que vem se tentando desenvolver nas demais experiências pesquisadas (Associação D, Cooperativa B e Cooperativa C) é designada de gestão estratégica/participativa, e se configura "através de ações estratégicas, descentralizando o poder, ampliando e incentivando os canais de participação. Sua expressão máxima seria a autogestão" (PRATES, 1995, p. 101).

Com exceção dos trabalhadores da Cooperativa A - caracterizada neste estudo como um processo de gestão concentradora -, quando os sujeitos entrevistados foram perguntados acerca de seus posicionamentos em relação às propostas apresentadas pelo coletivo e/ou pela diretoria, responderam que normalmente argumentam nas reuniões quando não concordam com alguma proposta ou decisão. "[...] as relações de trabalho são de natureza bastante distinta: no processo de gestão, por exemplo, não há patrões e empregados, mas apenas sócios-proprietários" (GONH, 2003, p. 15).

Percebe-se que essas cooperativas e associação vêm tentando realizar um processo de gestão participativa, que possivelmente pode ser caracterizado como tentativas de processos autogestionários. Na Cooperativa A, entretanto, a

diretoria detém o poder, centralizando as decisões da cooperativa, mesmo quando os demais cooperados participam das reuniões e assembleias.

Outro aspecto que deve ser ressaltado refere-se ao fato de que, quando os trabalhadores foram perguntados sobre a sua responsabilidade em relação à associação ou cooperativas que integram, 87,09% responderam que se sentem responsáveis pelos empreendimentos coletivos e 12,91% afirmaram que não se sentem responsáveis. Esses 12,91% dos trabalhadores que responderam que não se sentem responsáveis pelas experiências de que fazem parte integram a Cooperativa A. Essas falas dos sujeitos são condizentes com essa realidade.

“Tenho que ficar informada, e é nossa obrigação” (FERNANDA, Cooperativa B);

“Porque todos devemos participar das reuniões” (JOÃO, Associação D);

“Porque faço parte da diretoria” (JOANA, Cooperativa A).

Mediante esses relatos, constata-se que os trabalhadores se sentem responsáveis pelas cooperativas e associação, mesmo quando não ocupam cargos na direção. Das respostas citadas, somente Elisângela e Joana responderam que se sentem obrigadas e/ou intimadas a participar das reuniões. A Joana porque faz parte da diretoria e a Elisângela responde que participa porque é obrigatório. Ambas as cooperadas trabalham na Cooperativa A.

Os 87,09% dos trabalhadores que informaram que se sentem responsabilizados pelos empreendimentos integram os outros três empreendimentos pesquisados. “Pode-se contrapor pobreza socioeconômica e pobreza política. A primeira passa em boa parte pela fome, pela miséria material. A segunda, pela falta de participação” (DEMO, 1999, p. 15). Constata-se, assim, que a participação, se for realizada com criticidade, é fundamental ao processo de gestão num empreendimento coletivo, pois é por meio dessa participação e do comprometimento dos trabalhadores que esses empreendimentos possivelmente se tornam autogestionários.

A participação é o processo social que existe independente da interferência provocada por um ou outro agente externo. [...] Como tal, é um processo dinâmico e contraditório. O homem é criador por natureza; no entanto, enquanto ser social, nasce já num contexto historicamente dado. Encontra em tal contexto um conjunto de relações e instituições que o fazem ocupar posições que independem de decisões próprias, assumindo, inclusive, determinado sistema de pensar e agir (SOUZA, 1996, p. 81).

Esse processo de participação e de autonomia dos trabalhadores na associação e nas cooperativas pode ser confirmado por meio dos seguintes elementos: presença nas reuniões, capacidade de opinar, capacidade de indicar colegas e se autoindicar à diretoria, capacidade dos associados em estabelecer igualdade nas relações de trabalho, capacidade de eleger seus representantes, entre outros. Ou seja, a participação pode ser verificada também pelos:

Processos de descoberta e problematização dos interesses, ou seja, a conscientização; a arregimentação da força social, ou seja, a organização social da população; a reciclagem e redefinição contínua de novos interesses e mecanismos de enfrentamento, ou seja, a capacitação; todos esses são componentes do processo pedagógico da participação (SOUZA, 2004, p. 87).

O processo de participação dos trabalhadores, portanto, está envolto ao estabelecimento de relações de igualdade e de democracia entre os cooperados e/ou associados. Já o seu oposto, a não participação dos trabalhadores nas cooperativas e associações - que pode resultar na pobreza política -, pode ser caracterizado pela ausência dos seguintes elementos constitutivos de uma experiência coletiva e popular: dificuldade de autossustentação dos empreendimentos (problemas de organização comunitária); falta de consciência crítica e autocrítica por parte dos trabalhadores; falta de capacidade de reivindicação organizada, de planejamento participativo; dificuldade de autossustentação das experiências (conformismo, passividade, parternalismo); falta de "luta" por parte dos sujeitos para a aquisição de instrumentos de trabalho e produção; deficiência no processo de autogestão (capacidade de resolver problemas materiais e políticos) (DEMO, 1999).

A existência da participação realizada pelos trabalhadores no processo de gestão deveria ocorrer juntamente com outros elementos, caracterizados pelo processo de conscientização, de capacitação (SOUZA, 2004) e de autogestão dos empreendimentos coletivos. No que se refere ao processo de participação dos trabalhadores, nas quatro experiências pesquisadas, verificou-se que, dos 31 sujeitos entrevistados, 100% dos trabalhadores responderam que todos participam dos processos de trabalho. Essa participação dos sujeitos nas atividades produtivas é resultante da clareza que os trabalhadores possuem de que é por meio do trabalho realizado pelo coletivo que são geradas as suas respectivas rendas.

Quando os trabalhadores foram perguntados sobre as suas percepções em relação à diferença entre serem funcionários e serem cooperados e/ou associados em experiências de Economia Popular Solidária, 77,41% dos entrevistados responderam que existe muita diferença (somente 22,58% não responderam ou disseram que não havia diferença). Esses dados podem ser visibilizados nas seguintes respostas dos trabalhadores:

"A gente é que é o dono" (SANDRA, Cooperativa B);

"Aqui a gente trabalha por conta" (VERA, Cooperativa C);

"A gente mesmo que se manda" (REGINA, Associação D);

"Trabalha com mais liberdade" (ROSANGELA, Associação D);

"Aqui não tem patrão, é bem melhor do que trabalhar de doméstica. Aqui a gente trabalha para a gente" (CARINE, Associação D);

"A gente se torna dona e temos que ter a cabeça no lugar" (DEISE, Cooperativa C).

Com base nesses comentários dos sujeitos, constata-se que eles se sentem responsáveis pelos empreendimentos coletivos, pois se percebem como associados e/ou participantes dos empreendimentos. “Como dono, em primeiro lugar, deve prover os recursos materiais necessários à execução das operações; como usuário em consequência, deve assumir de forma plena suas obrigações para com a cooperativa” (NASCIMENTO, 2000, p. 14).

Verifica-se que, ao se comprometerem com os empreendimentos populares (77,41%), esses sujeitos possivelmente compreendem a situação de não serem empregados ou funcionários de uma empresa capitalista, pois os trabalhadores percebem que são eles os responsáveis pelo funcionamento e manutenção das experiências nas quais estão inseridos, assim como percebem, também, que são eles que realizam e organizam as suas atividades no trabalho e que os seus rendimentos dependem da quantidade de material que coletam, produzem e comercializam.

Quando os trabalhadores foram perguntados acerca do que vêm aprendendo em suas vivências nos empreendimentos coletivos, ressaltaram os seguintes elementos: que não possuem chefia e, conseqüentemente, se consideram responsáveis pelos empreendimentos; que devem preservar a natureza, pois possuem clareza da importância da preservação do meio ambiente (Associação D); que devem trabalhar unidos, enquanto grupo. Essas respostas, permitem observar que a vivência dos trabalhadores nos empreendimentos populares está relacionada com os seus processos de aprendizagem. “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa” (FREIRE, 1989, p. 66). Possivelmente esses elementos referidos geram uma transformação na vida dos trabalhadores e sobre suas concepções de mundo. Eles os mesmos explanaram que, apesar de suas vivências anteriores, estão aprendendo com suas inserções nas cooperativas e associação.

Como esses sujeitos trabalham em grupo, suas relações não são lineares e devem estar permeadas de conflitos (apesar de não terem explanado essa realidade nas suas respostas, com exceção da Cooperativa A). São esses conflitos, no entanto, que possivelmente fazem com que os trabalhadores se (re)organizem para dar continuidade às atividades e necessidades que requerem os empreendimentos. Quando os trabalhadores foram perguntados acerca de reflexões sobre o Cooperativismo, responderam que, às vezes, nas reuniões, falam sobre esse assunto. A maioria dos trabalhadores inseridos nos empreendimentos coletivos tem pouca e/ou, muitas vezes, nenhuma formação sobre Cooperativismo, Associativismo ou Economia Popular Solidária (CADONÁ, 2003).

Percebe-se novamente uma contradição nesses empreendimentos pesquisados, pois deveria existir um processo de reflexão, discussão e formação contínua acerca do significado do Cooperativismo, bem como da Economia Popular Solidária. Esse processo de reflexão sobre Cooperativismo e Economia Popular Solidária, e sobre o papel que essas experiências e que esses trabalhadores ocupam

perante as relações societárias poderia ser desenvolvido nas reuniões ou durante a realização das demais atividades que envolvem o processo de trabalho.

Além do esclarecimento dos trabalhadores, em relação à temática sobre Cooperativismo e sobre Economia Popular Solidária, percebe-se que existem outros desafios que estão postos aos empreendimentos cooperativistas, entre eles: desenvolver a capacidade dos trabalhadores em sistematizar o trabalho, substituindo as estruturas hierárquicas por decisões democráticas, em alguns empreendimentos; aplicar corretamente os investimentos; qualificar permanentemente os trabalhadores; decidir sobre a reaplicação dos excedentes (RECH, 2000).

No que se refere ainda aos empreendimentos autogestionários, sabe-se que eles sofrem forte pressão do sistema capitalista (PRATES, 1995), pois, muitas vezes, devem realizar adequações que são efetivadas por esses empreendimentos, devido ao mercado e suas exigências competitivas. Contata-se que, para que essas experiências coletivas possam ser mantidas e viabilizadas no mercado, é imprescindível o processo de comprometimento e conscientização dos trabalhadores, bem como o apoio e o incentivo de políticas sociais públicas, e de profissionais que possam contribuir com esses empreendimentos relacionados com a geração de trabalho e renda, entre eles, o assistente social.

Tendo como intencionalidade dar maior visibilidade aos dados analisados e apresentados neste artigo, referentes à relação entre as quatro experiências pesquisadas e os Princípios do Cooperativismo, é apresentado um quadro que sintetiza a realidade pesquisada, demonstrando se os Princípios do Cooperativismo ocorrem ou não nos empreendimentos coletivos.

QUADRO 1 - Sistematização dos Princípios do Cooperativismo nas Experiências Pesquisadas

PRINCÍPIOS	Associação D	Cooperativa A	Cooperativa C	Cooperativa B
Adesão Livre	Não Ocorre	Não ocorre	Ocorre	Ocorre
Gestão Democrática	Ocorre	Não ocorre	Ocorre	Ocorre
Taxa Limitada de Juros ao Capital	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre
Distribuição de Sobras Equivalentes	Ocorre	Não ocorre	Ocorre	Ocorre
Neutralidade Social e Política	Não Ocorre	Não ocorre	Ocorre	Ocorre
Ativa Cooperação entre as Cooperativas	Não ocorre	Não ocorre	Não ocorre	Não ocorre
Educação, Capacitação e Informação	Não ocorre	Não ocorre	Não ocorre	Não ocorre

Com base nas informações contidas neste quadro síntese, constata-se que: 50% das experiências pesquisadas permitem a livre entrada e saída dos trabalhadores, e 50% somente permitem a saída, pois a inserção de novos

integrantes nos processos de trabalho não estava sendo permitida por esses empreendimentos; 75% das experiências desenvolvem relações democráticas e igualitárias entre os trabalhadores, com os sujeitos participando e se sentindo responsáveis pelas cooperativas e associação de trabalho, possibilitando que esses empreendimentos tornem-se autogestionários (com exceção da Cooperativa A que, segundo os dados obtidos, realiza uma gestão centralizadora); 100% das cooperativas e associação não cobram juros dos novos associados, somente uma taxa de inserção (pró-labore); 75% das experiências partilham os rendimentos obtidos pelos empreendimentos, com igualdade entre os associados e/ou cooperados (somente a Cooperativa A não mantém este tipo de partilha, pois a trabalhadora que possui maior qualificação profissional é a cooperada que recebe o maior salário); nos demais empreendimentos somente os trabalhadores que estão na presidência das experiências recebem rendimento um pouco mais elevado, devido à responsabilidade assumida e, também, as quatro experiências coletivas reinvestem nas cooperativas e associação, seja para pagamentos de contas, de dívidas, compra de material, compra de equipamentos, entre outros; 50% das experiências não permitem a inserção de novos trabalhadores, e 50% permitem a inserção de novos cooperados; por meio dos dados obtidos, com exceção da Cooperativa A que centraliza as decisões, não se possuem elementos que possam referenciar a discriminação entre os trabalhadores, pelo contrário, pelas respostas dos sujeitos, observam-se a solidariedade e a cooperação nas relações que envolvem os processos de trabalho desses empreendimentos; 100% das experiências não participam das instâncias representativas da Economia Popular Solidária (como, por exemplo, os fóruns regionais e estaduais, as feiras de Economia Solidária nem do conselho que está em fase de implementação juntamente com a política de Economia Solidária); em 100% das cooperativas e associações não existe a constituição de um fundo que vise à formação e educação contínua dos trabalhadores.

Por meio dessas informações pode-se referir que os empreendimentos coletivos necessitam de apoio de órgãos públicos que os assessorem, tendo como proposição o desenvolvimento dos processos sociais desenvolvidos nas cooperativas e associações de trabalho, para que os empreendimentos se desenvolvam de forma completa, em relação aos Princípios do Cooperativismo, dentro da perspectiva da Economia Popular Solidária. Para isso, necessita-se da constituição de um fundo nas cooperativas que seja destinado à qualificação dos trabalhadores. Faz-se necessário também a participação dos sujeitos que estão inseridos nesses empreendimentos nas instâncias representativas. A participação das experiências coletivas nas instâncias de Economia Solidária proporcionará que esses empreendimentos não se reproduzam de forma isolada, mas interligados, criando força social, inclusive para reivindicar os direitos e auxílios que a política de Economia Solidária se propõe a realizar.

Referente à inserção de novos trabalhadores na Associação D, deveria ocorrer o apoio da prefeitura, para a promoção de uma campanha que incentivasse a coleta

seletiva do lixo; isso evitaria a concorrência dos atravessadores, e possibilitaria que a Associação D permitisse a entrada de novos associados. Também se enfatiza que deveria ser suscitado um processo de reflexão acerca dos Princípios do Cooperativismo nesses empreendimentos, pois essa reflexão proporcionaria um processo de conscientização acerca da realidade e da diferenciação dos processos de trabalho desenvolvidos por esses sujeitos equiparados aos demais empreendimentos existentes no sistema capitalista. Com esse processo de conscientização popular, seria incitado o fortalecimento das experiências coletivas, assim como daria visibilidade aos trabalhadores quanto à importância política, social, cultural, ideológica e econômica que representam as suas vivências e as experiências a que estão integrados.

Na medida em que esses trabalhadores desenvolvem atividades nos seus processos de trabalho respaldados em elementos que se contrapõem à lógica e finalidade do capitalismo, essas experiências possivelmente passam a representar também, além de gerar trabalho e renda, um espaço político de contestação e resistência ao capitalismo. Novamente se refere que neste estudo não se compreende as experiências de Economia Popular Solidária como uma forma de transcender ou substituir o capitalismo; referencia-se, entretanto, que esses empreendimentos podem representar espaços de resistência e de contestação da classe trabalhadora a esse modo de produção.

Apesar de nenhuma das cooperativas e associação pesquisadas estarem ocorrendo/funcionando de acordo com a efetivação dos sete Princípios do Cooperativismo, ressalta-se que são empreendimentos que tentam desenvolver os seus processos de trabalho e as suas gestões de forma autogestionária, democrática e solidária entre os sujeitos, com exceção da Cooperativa A. Mesmo na Cooperativa C, que pode estar sendo utilizada como uma forma de terceirização do trabalho de uma empresa privada, percebe-se que existe uma lógica nas relações sociais e nos processos de trabalho que se diferencia dos demais empreendimentos inclusos no sistema capitalista.

4 CONCLUSÕES

Este artigo teve como objetivo apresentar o processo de trabalho e gestão coletiva desenvolvidos em experiências de Economia Popular Solidária no Vale do Rio Pardo. Nesse processo a reestruturação do capital alcançou um nível tão elevado de acumulação nos seus processos de produção, a ponto de excluir, acirradamente, uma massa de sujeitos do mercado formal de trabalho - especialmente os menos qualificados.

Existem elementos constitutivos e peculiares que merecem ressalva nessas experiências coletivas. Com exceção da Cooperativa A, cooperativa que difere de vários Princípios do Cooperativismo, as demais experiências pesquisadas - segundo as respostas dos trabalhadores obtidas por meio de entrevistas -, orientam-se pelos princípios de igualdade, solidariedade, democracia entre os sujeitos. Na

Cooperativa A ocorre um processo de dependência e de centralização de poder, ou seja, existe uma gestão centralizadora e os trabalhadores não desenvolvem autonomia no processo de trabalho que desenvolvem, bem como não participam das decisões relativas ao empreendimento.

O processo de trabalho que envolve a gestão realizado pelas outras três cooperativas e associação pesquisadas - mesmo a Cooperativa C, que possivelmente está sendo utilizada como uma forma de terceirização de serviço -, no entanto, possuem como característica central os seguintes elementos: as atividades e as tarefas desenvolvidas pelos trabalhadores são realizadas por meio de rodízio entre os sujeitos, ou seja, alternância nas atividades que desenvolvem (polivalência); a partilha dos rendimentos é efetivada em condições de igualdade entre os trabalhadores (todos os sujeitos recebem o mesmo valor, com exceção do sujeito que ocupa o cargo de presidente nas cooperativas); a solidariedade entre os trabalhadores está presente nos processos de trabalho; ocorre o processo de participação do coletivo, nas atividades que devem ser desempenhadas e nas decisões cabíveis aos cooperados e/ou associados nos processos de trabalho; os quatro empreendimentos pesquisados possuem diretoria, com durabilidade da gestão de dois anos (eleita pelo coletivo).

Salienta-se também que 77,41% dos trabalhadores entrevistados responderam que percebem a diferença entre serem empregados ou cooperados/associados nesses empreendimentos coletivos. Esse processo de conscientização em relação as suas inserções nas cooperativas e associação, segundo suas respostas, proporciona-lhes o sentimento de responsabilidade pelas experiências em que estão inseridos. Pode-se referir, assim, que nessas experiências coletivas existem outras características que também são importantes, além do aspecto econômico, não se constituindo então apenas numa possibilidade de gerar trabalho e renda aos trabalhadores.

Verifica-se então que, primeiramente, o que faz com que os trabalhadores se insiram nesses empreendimentos coletivos é a possibilidade de gerar trabalho e renda. Esses dados são ilustrativos de que os sujeitos que integram os empreendimentos coletivos no Vale do Rio Pardo são trabalhadores com baixa qualificação profissional e, se não estivessem incluídos nessas cooperativas e associação, possivelmente estariam em situação de vulnerabilidade social. Pode-se considerar, também, que essas experiências cooperativistas e associativistas representem, possivelmente, formas de resistência e de contestação dos sujeitos ao sistema capitalista. Refere-se, entretanto, o fato de que algumas cooperativas e associações vêm sendo utilizadas como formas de publicização ou terceirização de serviços públicos e de privados.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. ①

BARDIN, Lourence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CADONÁ, Marco André. **Economia Solidária: experiências populares de geração de trabalho e de renda no Vale do Rio Pardo**. Departamento de Ciências Humanas. Santa Cruz do Sul, 2003. (Relatório de Pesquisa - UNISC). ①

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. (Polêmicas do nosso tempo). ① ②

E19 **Economia Solidária em Desenvolvimento**. Brasília: TEM; SENAES, 2003. ① ②

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4). ①

FARIA, José Henrique de. **Relações de poder e formas de gestão**. 2. ed. Curitiba: Criar, 1985. ① ②

GOERCK, Caroline. **Processos de trabalho na Economia Popular Solidária: uma forma diferenciada do trabalho coletivo no Vale do Rio Pardo**. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre, 2006a.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LEBOUTTE, Paulo. **Economia Popular Solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003. ①

NASCIMENTO, Fernando Rios do. **Cooperativismo como uma Alternativa de Mudança: uma abordagem normativa**. Rio de Janeiro: Forense, 2000. ①

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004. ①

PRATES, Jane Cruz. **Gestão estratégica de instituições sociais: o método marxiano como mediação do projeto político.** 1995. Dissertação (Mestrado em Serviços Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995. ① ② ③

_____. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social. Faculdade de Serviço Social.** 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social). Dissertação (Mestrado em Serviços Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. ①

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000. ① ②

SINGER, Paul. Economia Socialista. In: SINGER, P.; MACHADO, J (Orgs.). **Economia Socialista.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. ①

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004. ① ②

SOUZA, Hebert J. **Como se faz análise de conjuntura.** Petrópolis: Vozes/IBASE, 1996. ①

TIRIBA, L. A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000. p. 221-224. ① ②